

Fiocruz deve iniciar produção da vacina de Oxford em 20 de janeiro

Com a chegada dos ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs) importados em meados de janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz prevê que a produção da vacina AstraZeneca/Oxford no Brasil deve começar no dia 20 deste mês. O imunizante previne contra a covid-19 e já começou a ser aplicado no Reino Unido.

Por meio de um acordo de transferência de tecnologia, o Complexo Industrial de Bio-Manguinhos, da Fiocruz, que fica na zona norte do Rio de Janeiro, foi preparado para processar o IFA e deve entregar o primeiro milhão de doses ao Ministério da Saúde entre 8 e 12 de fevereiro.

A previsão da Fiocruz é que a produção ganhe maior escala nas semanas seguintes. A partir de 22 de fevereiro, Bio-Manguinhos deve entregar 700 mil doses diárias ao Programa Nacional de Imunizações (PNI).

O acordo entre o governo federal, a farmacêutica AstraZeneca e a Universidade de Oxford prevê que 100,4 milhões de doses serão produzidas no primeiro semestre de 2021 com ingrediente farmacêutico ativo importado.

No segundo semestre, a Fiocruz vai nacionalizar a produção do IFA, o que permitirá entregar mais 110 mi-

lhões de doses ao PNI.

Uso emergencial

A Fiocruz deve apresentar até amanhã (8) à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o pedido de uso emergencial de 2 milhões de doses da vacina AstraZeneca/Oxford que o governo negocia para importar da Índia. Representantes da Fiocruz têm uma reunião na agência reguladora nesta tarde para tratar da questão. Com o pedido protocolado e aprovado pela Agência, o início da vacinação poderá ocorrer ainda em janeiro. Na Índia, as doses da vacina AstraZeneca/Oxford são produzidas pelo Instituto Serum, o maior produtor de vacinas do mundo.

As negociações para a importação estão avançadas e as doses devem custar 5,25 dólares cada uma, o que gera um valor total de cerca de R\$ 60 milhões, incluídos os custos com a operação (etiqueta e bula), armazenagem e transporte das vacinas.

Já o registro definitivo da vacina AstraZeneca/Oxford no país continua em avaliação na Anvisa, e a previsão da fundação é que todos os documentos necessários para a aprovação sejam entregues até o dia 15 de janeiro.

(Ag. Brasil)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMONÉSIA MG. Aviso de Licitação. Torna público a realização de Processo Licitatório Nº 009/2021, Pregão Nº 001/2021. Objeto: Aquisição de combustíveis e lubrificantes que se dará no dia 21/01/2021, às 09:30 horas, na sede da Prefeitura Municipal. A cópia do edital poderá ser requerida pelo tel: (33) 3336-1235, e os esclarecimentos necessários serão obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Simonésia, situado na Praça Getúlio Vargas, 50, Centro, - Simonésia-MG. Roberta Aparecida dos Santos - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMONÉSIA MG. Aviso de Licitação. Torna público a realização de Processo Licitatório Nº 010/2021, Pregão Nº 002/2021. Objeto: Serviço de Recarga em balas de oxigênio, que se dará no dia 21/01/2021 às 15:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal. A cópia do edital poderá ser requerida pelo tel: (33) 3336-1235, e os esclarecimentos necessários serão obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Simonésia, situado na Praça Getúlio Vargas, 50, Centro, - Simonésia-MG. Roberta Aparecida dos Santos - Pregoeira.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Reduto - MG torna público que realizará licitação na modalidade Inexigibilidade por Credenciamento 01/2021, para prestação de serviços laboratoriais de exames clínicos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Reduto/MG, sendo o recebimento dos documentos para o dia 15/01/2021, às 09:00 horas. O edital e maiores informações poderão ser obtidos no Setor de Licitações, de 13:00 às 17:00 horas, telefone (33) 3378-4155. Site: www.reduto.mg.gov.br. Email: licitacao@reduto.mg.gov.br. Marilcida de Freitas Emerick, Pregoeira e Presidente da CPL.

Poupança tem captação recorde de R\$ 166,31 bi em 2020

Aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros, a caderneta de poupança tem atraído cada vez mais o interesse dos brasileiros. Em 2020, os investidores depositaram R\$ 166,31 bilhões a mais do que retiraram da aplicação, informou o Banco Central (BC).

O resultado é o maior já registrado para um ano desde o início da série histórica, em 1995. Em 2019, a captação líquida – diferença entre depósitos e retiradas – tinha ficado em R\$ 13,33 bilhões. O recorde anterior tinha sido registrado em 2013, quando a aplicação financeira tinha captado R\$ 71,05 bilhões.

Apenas em dezembro, os brasileiros depositaram R\$ 20,61 bilhões a mais do que sacaram da poupança. O valor é recorde para o mês desde o início da série histórica. Tradicionalmente, os brasileiros depositam mais na caderneta em dezembro, por causa do pagamento da segunda metade do décimo terceiro salário.

A aplicação começou 2020 no vermelho. Em janeiro e fevereiro, os brasileiros retiraram R\$ 15,93 bilhões a mais do que depositaram. A situação começou a mudar em março, com o início da pandemia da covid-19, quando os depósitos passaram a superar os saques.

O interesse dos brasileiros na poupança se mantém apesar da recuperação da bolsa de valores nos últimos me-



ses. Nos dois primeiros meses da pandemia, as turbulências no mercado financeiro fizeram investidores migrar para a caderneta. As oscilações do Tesouro Direto também ajudaram a atrair investidores para a segurança da caderneta, mesmo o rendimento sendo menor.

Rendimento

Com rendimento de 70% da Taxa Selic (juros básicos da economia), a poupança atraiu mais recursos mesmo com os juros básicos nos menores níveis da história e com a aplicação perdendo para a inflação. Com as recentes reduções na taxa Selic e o repique no valor de diversos alimentos, o investimento passou a render menos que os índices de preços.

Em 2020, a aplicação

rendeu 2,11%, segundo o Banco Central. No mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor-15, que funciona como prévia da inflação oficial, atingiu 4,23%. O IPCA cheio de 2020 será divulgado na próxima terça-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para 2021, o boletim Focus, pesquisa com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, prevê inflação oficial de 3,32% pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo. Com a atual fórmula, a poupança renderá apenas 1,4% nos próximos 12 meses, caso a Selic de 2% ao ano fique em vigor ao longo de todo o ano.

Histórico

Até 2014, os brasileiros

depositaram mais do que retiraram da poupança. Naquele ano, as captções líquidas chegaram a R\$ 24 bilhões. Com o início da recessão econômica, em 2015, os investidores passaram a retirar dinheiro da caderneta para cobrir dívidas, em um cenário de queda da renda e de aumento de desemprego.

Em 2015, R\$ 53,57 bilhões foram sacados da poupança, a maior retirada líquida da história. Em 2016, os saques superaram os depósitos em R\$ 40,7 bilhões. A tendência inverteu-se em 2017, quando as captções excederam as retiradas em R\$ 17,12 bilhões, e em 2018, com captação líquida de R\$ 38,26 bilhões. Em 2019, a poupança registrou captação líquida de R\$ 13,23 bilhões. (Ag. Brasil)

Contribuinte na malha fina pode contestar valores pela internet

O contribuinte que caiu na malha fina do Imposto de Renda pode contestar os valores lançados no Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal (e-CAC). A defesa poderá ser apresentada de maneira inteiramente virtual, sem a necessidade de comparecimento a uma unidade de atendimento do Fisco.

Primeiramente, o contribuinte deve acessar o sistema e-Defesa para preencher o formulário de impugnação. A ferramenta, segundo a Receita, traz várias vantagens. Além de validar a notificação de lançamento, o formulário apresenta as opções de alegações mais comuns para cada infração, o que facilita a redação da defesa. O sistema também indica os documentos a serem entregues ao Fisco, o

que facilita o processo e agiliza o julgamento.

Após gerar a impugnação, o contribuinte deve entrar no e-CAC, abrir um Dossiê Digital de Atendimento (DDA) do tipo Impugnação de Notificação de Lançamento de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e anexar a defesa e os documentos. Quem pagar os valores da Notificação de Lançamento em até 30 dias tem direito a desconto de 50% sobre a multa. O parcelamento possibilita desconto de 40%.

O e-CAC pode ser acessado de duas formas: pelo certificado digital (espécie de chave eletrônica que custa em média R\$ 200) e pela digitação do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e do código de acesso. Caso não

tenha código de acesso, o contribuinte pode gerar uma combinação, mas precisa informar os números dos recibos das duas últimas declarações do Imposto de Renda.

Informações sobre a impugnação da notificação de lançamento de imposto de renda podem ser obtidas no portal do governo federal. (Ag. Brasil)

